

O REBAIXAMENTO PELA S&P

A agência de risco S&P rebaixou a nota do Brasil de “BB” para “BB-”, basicamente em função do grave desequilíbrio fiscal, que tem por base o crescente déficit da previdência social e, correspondentemente, da dívida pública. Nesse contexto, haveria o risco de o Governo deixar de pagar os títulos da dívida, que hoje somam 74,4% do PIB, caminhando para 80% a curto prazo?

Tais preocupações não existem com relação à dívida externa, tendo em vista que as reservas cambiais montam a mais de US\$380 bilhões.

Quais os efeitos nocivos desse rebaixamento? A rigor, o pior efeito seria o maior custo das captações de empréstimos no exterior, o que pode ser relevante para as grandes empresas nacionais, mas não para o Governo.

Em conclusão, pode-se afirmar que as agências de *rating* não têm grande influência sobre o mercado interno e a decisão da S&P não vai alterar a atual conjuntura econômica. Pelo contrário, poderá motivar o Congresso Nacional a apressar a aprovação do projeto de reforma da previdência social, o que será altamente positivo.

O mercado financeiro, a Bolsa, as taxas de juros e de câmbio reagiram com total tranquilidade à anunciada redução. Mas não se pode desconhecer os danos do rebaixamento, que podem suscitar igual decisão de outras agências. O que se sabe, por ora, é que a decisão da S&P não afetará a retomada econômica.

PREVIDÊNCIA E IRRESPONSABILIDADE

Apesar de muitos desacertos e incoerências do Planalto, não se pode negar o esforço que vem sendo feito em alguns setores para tirar o País da crise, inclusive em relação ao projeto de Reforma da Previdência Social. O projeto original (PEC nº 287/2016) foi enviado ao Congresso Nacional como manifestação de coragem e responsabilidade do Governo Michel Temer, enfrentando todos os riscos de impopularidade diante dos interesses menores dos políticos e das corporações beneficiadas pelos privilégios do sistema previdenciário.

A PEC nº 287/2016, como se sabe, foi desfigurada pelos Congressistas e o que resta, hoje, é um remendo de alcance limitado. Mas nem por isso o Governo deixou de batalhar por sua aprovação.

Na mesma sequência da necessária redução dos gastos públicos, foi a proposta oficial de suspender o reajuste dos salários dos servidores públicos, que seria passado de 2018 para 2019, a fim de evitar maior desequilíbrio orçamentário da União. Aí, ocorreu o inesperado: o Ministro Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, embargou o projeto e impediu o aumento da contribuição previdenciária, como já vem sendo feito por vários Estados. Um desastre.

O Governo continua insistindo na agenda de mais propostas, inclusive a reoneração da folha de pagamentos, a taxação sobre fundos exclusivos e a prevalência da reforma trabalhista.

NUVENS NEGRAS

Partindo do pressuposto de que a eleição presidencial de outubro vai se decidir no 2º turno, entre os dois candidatos mais votados, no quadro atual aparecem na ponta Lula e Bolsonaro.

Se Lula não for candidato, por força de decisão do TFR-4, abre-se o leque das possibilidades entre vários candidatos, entre eles Geraldo Alckmin, o mais qualificado. Outros candidatos em perspectiva são o Ministro Meirelles e o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, além da possibilidade de reeleição de Michel Temer.

A democracia no Brasil se transformou em um sistema de barganhas, com o Executivo de um lado fazendo propostas e o Legislativo de outro lado negociando vantagens financeiras ou eleitorais. No meio do campo, um Judiciário movido por inexplicável vaidade, ânsia de notoriedade de seus membros e defesa intransigente de vantagens e manutenção de privilégios.

O próximo dia 24 é emblemático, como vemos, inclusive pela possibilidade de violenta arruaça liderada pelo MST, cujo presidente também se apresentará como candidato em outubro.

Dependendo de quem irá ser eleito Presidente da República e de quais os congressistas que vão liderar a política nacional, o desequilíbrio fiscal poderá ser superado ou a crise econômica continuará insolúvel.

Vai estar nas mãos dos eleitores brasileiros fazer a diferença.

ROBIN HOOD AO AVESSE

Diante da crise fiscal, que limita os investimentos do Governo e afeta a sociedade brasileira, o Presidente Temer

decidiu adiar para 2019 o reajuste dos servidores públicos da União, previsto para janeiro de 2018, e ainda elevar de 11% para 14% a contribuição previdenciária desses servidores, visando reduzir o déficit atual, que chega a R\$450 bilhões, inclusive juros, limitando o atendimento a setores essenciais como saúde e educação.

“Quando o Ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspendeu a MP nº 805/17, ele reforçou o caráter concentrador de renda da política fiscal brasileira. Em outubro, ao ficar claro que não haveria como pagar essa conta em 2018, evidenciando o erro de cálculo do Governo, Temer editou a medida que representa uma economia de R\$4,4 bilhões e receita de R\$2,2 bilhões, totalizando um impacto de R\$6,6 bilhões no orçamento de 2018.

Ignorando a dimensão da crise fiscal do Estado brasileiro, que também foi subestimada pelo Governo, Lewandowski concluiu que a MP viola a jurisprudência do STF que garante a irredutibilidade dos salários...

Os 20% mais ricos da população brasileira abocanham 48,5% das transferências monetárias do orçamento público. Os 70% mais pobres ficam com apenas 4,8%.

O Estado brasileiro é um Robin Hood ao avesso”.

(Claudia Safatle – Valor, 29/12/17)

ATIVIDADES ECONÔMICAS

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) anunciou o rebaixamento da nota de crédito do Brasil de BB para BB-, com perspectiva estável, colocando o País três níveis abaixo do grau de investimento, tendo em vista que, apesar de diversos avanços, não há progresso na aprovação

de importantes medidas para corrigir os desequilíbrios fiscais e a expansão da dívida pública. O maior efeito negativo da medida é o impacto nos custos de captação do Governo e das grandes empresas. A perspectiva estável indica uma baixa probabilidade de novas mudanças na classificação do País, ao longo deste ano.

A produção industrial cresceu 0,2% entre outubro e novembro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). O resultado superou a mediana das expectativas, de uma queda de 0,1%. Na abertura por categorias de uso, o crescimento na margem foi explicado pela expansão de 1,4% da produção de bens intermediários.

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada pelo IBGE, o volume de receitas do setor de serviços cresceu 1,0% entre outubro e novembro.

PIB e Investimentos

O mercado alterou suas estimativas para o PIB de 2017 e 2018, segundo projeções coletadas até o dia 29 de dezembro e divulgadas pelo Relatório Focus do Banco Central. A mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2017 subiu de 0,98% para 1,00% e foi de 2,68% para 2,70% em 2018. As medianas das expectativas para a inflação (IPCA) não se alteraram, ficando em 2,78% para 2017 e 3,96% para 2018.

Indústria

As vendas de cimento somaram 4 milhões de toneladas em dezembro, segundo dados divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), o que representa uma alta de 1,3% ante novembro. Em relação ao mesmo mês de 2016, as vendas

recuaram 6,4%, acumulando queda anual de 6,4% em 2017.

Os dois indicadores reforçam a trajetória de forte queda da construção civil, ainda que a expansão das vendas de cimento em dezembro melhore a percepção de recuperação do setor.

A produção industrial registrou alta em 8 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE em novembro, na comparação com outubro. As maiores altas foram no Espírito Santo (5,8%), Bahia (3,5%), Pernambuco (2,6%) e Minas Gerais (2,4%), seguidas do Rio Grande do Sul (1,4%), Pará (1,1%), São Paulo (0,7%) e região Nordeste (0,2%). Considerando todas as regiões, a produção da indústria nacional aumentou 0,2% pelo terceiro mês seguido.

Comércio

As vendas reais do comércio varejista tiveram um crescimento de 0,7% na passagem de outubro para novembro, acima da mediana das expectativas do mercado. Na comparação com 2016, as vendas cresceram 5,9%. Setorialmente, cinco dos oito segmentos pesquisados registraram alta, com destaque para as variações de 6,1% nas vendas de móveis e eletrodomésticos e de 8,0% de outros artigos de uso pessoal e doméstico. O volume de vendas do comércio varejista ampliado, que também considera os segmentos de veículos e materiais de construção, teve um crescimento mais intenso de 2,5%, revertendo o recuo anterior de 1,7%. As vendas de material de construção e de veículos avançaram 2,3% e 1,5%, respectivamente.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou uma estimativa de crescimento para o comércio varejista em 2017 de 3,9%.

Agricultura

A produção agrícola de 2018 está estimada em 224,3 milhões de toneladas, segundo dados do IBGE. Embora signifique uma perda de 16,3 milhões de toneladas em relação à supersafra de 2017, a nova colheita deve continuar contribuindo para conter os índices de inflação e a expansão das exportações

A Conab estimou a área plantada em 61,5 milhões de hectares, alta de 1,1% ante a safra anterior. As principais culturas com expansão prevista de área são algodão (11,9%) e a soja (3,2%). No sentido contrário, a área plantada de milho deverá ser reduzida em 2,9%. A estimativa de produção foi revisada para cima, passando de 226,9 milhões para 227,9 milhões de toneladas de grãos, 4,1% inferior à produção recorde da safra de 2016/17.

Mercado de Trabalho

Após sete meses de lenta criação de postos de trabalho, o País fecha com 12.292 desempregados em novembro, segundo números do Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho.

O resultado é a diferença entre 1.111.798 de contratações e 1.124.090 de demissões.

Apesar das demissões, houve melhora frente a novembro de 2016, quando houve 116.747 demissões, e de 2015, quando 130.629 perderam o emprego.

O emprego no comércio tem registrado avanço tanto nos dados do Caged como no Pnad do IBGE. O último Caged mostra que o saldo líquido de vagas formais no comércio cresceu 0,34% para 30.333 entre janeiro e novembro de 2017, em relação a igual período do ano passado. No varejo, essa alta foi de 0,15% (11.539), enquanto no

atacado, o aumento foi de 1,20% (18.794).

No Pnad, o emprego no comércio avançou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, ante igual período de 2016.

Sistema Financeiro

A Caixa Econômica Federal ameaça reduzir o crédito para habitação e infraestrutura, caso o Tribunal de Contas da União (TCU) mande aplicar 15 bilhões para reforçar o capital da empresa, com recursos do FGTS.

A caderneta de poupança voltou a atrair investimentos em 2017, após dois anos de retiradas líquidas de recursos.

No ano passado, os depósitos superaram as retiradas em R\$ 17,12 bilhões, segundo informação do Banco Central.

Os depósitos na poupança totalizaram R\$ 2,085 trilhões em 2017 e os saques somaram R\$ 2,068 trilhões.

Inflação

O IPCA registrou alta de 0,44% em dezembro, de acordo com o IBGE, e a inflação fechou 2017 em 2,95%. Esse resultado representou uma descompressão de 3,3 p.p. em relação ao observado em 2016, quando a variação dos preços foi de 6,3%. Essa desinflação teve uma contribuição importante dos preços de alimentos, que, refletindo um choque de oferta favorável, terminaram o ano com queda de 4,9%.

Setor Público

A Justiça Federal de Pernambuco concedeu uma liminar suspendendo os efeitos jurídicos do artigo 3º da Medida Provisória nº 814/2018, que retirava a proibição da entrada da Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização.

O Estado do Rio de Janeiro fechou o ano passado com um aumento nominal de 3,3% na arrecadação tributária e expansão de 104% na receita de royalties e participações especiais, na comparação com 2016.

O Governo não vai desistir de cortar despesas com a folha de pagamento dos servidores federais. O Executivo trabalha para derrubar, no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), a liminar do ministro Ricardo Lewandowski que proibiu o adiamento dos reajustes salariais dos servidores federais para 2019 e a elevação da alíquota previdenciária de 11% para 14% dos vencimentos.

Setor Externo

Com saldo positivo de US\$ 5,0 bilhões em dezembro de 2017, a balança comercial atingiu seu recorde histórico e encerrou o ano com saldo de US\$ 67,0 bilhões, de acordo com os dados divulgados pelo MDIC. Em 2017, as exportações somaram US\$ 217,7 bilhões, superando as importações de US\$ 150,7 bilhões. Na comparação com as médias diárias de 2016, os embarques apresentaram aumento de 18,5% e as compras externas registraram expansão de 10,5%. O crescimento das exportações foi explicado pelo aumento das vendas das três categorias de produto: básicos (288,7%), semimanufaturados (13,3%) e manufaturados (9,4%). Cresceram os gastos com importações de combustíveis e lubrificantes (42,8%), bens intermediários (11,2%) e bens de consumo (7,9%), enquanto decresceram as compras de bens de capital (-11,4%).

No mercado internacional, registrou-se que a produção de petróleo dos EUA pode superar a da Arábia Saudita e Rússia, nos próximos dois anos, e transformar o país no maior produtor mundial. A produção

americana vai subir para 10,27 milhões de barris/dia este ano, com possibilidade de alcançar 10,85 milhões de barris em 2019.

No Brasil, estima-se que a produção de petróleo atingirá o auge de 11 milhões de barris/dia, em novembro de 2019.